

INTELECTUAIS E IMPRENSA EM MOMENTOS DE RADICALIZAÇÃO POLÍTICA: 1964/ 2015

Deysi Cioccarì¹
Vivian Paixão²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a atuação dos jornalistas e intelectuais brasileiros durante a ditadura militar e no ano de 2015, assim como o papel da imprensa nestes dois períodos, visto que, em 64, o papel da imprensa se deu sob um regime autoritário que reprimia qualquer manifestação contrária ao governo. Hoje a sua atuação é tão importante que faz dela um ator político no processo democrático, objeto de nossa análise. Para o trabalho, foram entrevistados jornalistas e intelectuais que fizeram parte da imprensa brasileira nos dois períodos citados: Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Frei Betto e Juremir Machado da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Política. Jornalismo. Imprensa. Ditadura. Intelectuais.

INTRODUÇÃO

Diante da crise que assola o segundo mandato do governo Dilma Rousseff, muito tem-se dito: golpe militar, golpe da direita, impeachment e resistência. Muitos jornalistas e intelectuais consideram essa uma das piores crises que o Brasil já enfrentou, sendo comparada à crise que originou o golpe de 1964. Entendendo que esses dois momentos políticos pedem esclarecimento, procuramos, com esse trabalho, mais do que respostas, preencher uma lacuna sobre uma das maiores crises políticas do país.

Optamos por analisar as manifestações culturais dos dois períodos para nos situarmos no ambiente político e intelectual dos dois momentos. Acreditamos que a formação de opinião da sociedade civil tem grande influência deste setor. Nosso trabalho analisa a produção de Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar e Alberto Dines no período pré-golpe de 1964 e de Frei Betto e Juremir Machado da Silva, em 2015, primeiro ano de governo após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff.

¹Doutoranda em Ciências Sociais. PUC/SP. E-mail: deysicioccarì@gmail.com. Bolsista CAPES.

²Mestranda em Comunicação Cásper Líbero/SP. E-mail: vipaixao80@gmail.com

Durante o período do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), o Brasil deparou-se com um novo contexto: crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.

No meio intelectualizado surgiram algumas das primeiras manifestações públicas de oposição ao regime: matérias no jornal carioca *Correio da Manhã* (que, de início, apoiara o golpe), a manifestação dos “oito do Glória”, que levou para a cadeia oito intelectuais e artistas que protestavam contra o regime, o show *Opinião* no Rio de Janeiro, a criação da *Revista Civilização Brasileira* e assim por diante (RIDENTI, 2014, p.03).

Carlos Heitor Cony foi umas das grandes vozes desse período. Cony, jornalista, começou a escrever no jornal *Correio da Manhã* partir de 1963 revezando-se com Cecília Meireles. Quando o golpe aconteceu em 1964, lançou *O ato e o fato*, um volume de crônicas com críticas ao regime militar. Em 1965 escreve uma crônica atacando o Ato Institucional nº. 2. Tal fato gera um atrito entre a direção do jornal *Correio da Manhã* e a redação. Cony demite-se. Com uma vida toda ligada à produção intelectual, em março de 2000 é eleito, com 25 dos 37 votos possíveis, para a cadeira número 3 da Academia Brasileira de Letras. Toma posse em maio daquele ano.

Ferreira Gullar foi militante do Partido Comunista Brasileiro. Foi exilado durante a ditadura e viveu na União Soviética, Argentina e Chile. “Fiz um doutorado em subversão”. (entrevista com o autor)

Alberto Dines foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* durante doze anos e diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro. Dirigiu o *Grupo Abril* em Portugal, onde lançou a revista *Exame*. Depois de anos driblando a ditadura à frente do *Jornal do Brasil*, foi demitido em 1973 justamente por publicar um artigo que contrariava a direção do jornal ao criticar a relação amistosa de seus donos com o governo do estado do Rio de Janeiro. Hoje coordena o *Observatório da Imprensa*, site de notícias brasileiro.

Num salto de 50 anos, percebemos muitas semelhanças do contexto do governo Jango com o atual governo Dilma Rousseff (reeleição com posse em janeiro de 2015). De novo o Brasil vê-se à mercê de uma crise econômico-financeira; institucional; crise do sistema partidário e manifestações populares que geraram inclusive a menção de um impeachment, o segundo em 30 anos de democracia.

Juremir Machado da Silva é jornalista, escritor, historiador, professor e pesquisador. Lançou, em 2014, o livro *1964 - Golpe midiático civil militar*, que serviu como uma das bases para nossa pesquisa. Além de colunista diário no jornal gaúcho *Correio do Povo*, mantém um blog no site do jornal.

Frei Betto é adepto da Teologia da Libertação, militante de movimentos pastorais e sociais, tendo ocupado a função de assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2004. Foi coordenador de Mobilização Social do programa *Fome Zero*. Esteve preso por duas vezes no período da

ditadura militar: em 1964, por 15 dias; e entre 1969-1973. Após cumprir quatro anos de prisão, teve sua sentença reduzida pelo STF para dois anos.

É a partir da ideia de que a cultura era central para difundir e incutir a ideologia do governo, por meio da bandeira de manter a “segurança nacional”, que o governo militar acabou por implementar uma política modernizadora nas telecomunicações.

Em 1965, é criada a Embratel (Empresa Brasileira de telecomunicações) e o Brasil associa-se a Intelsat (Sistema Internacional de Satélites); em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações. No ano de 1968, surgem as primeiras emissoras de frequência modulada (FM) e é criada a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que reforçava a necessidade de propagar ideais ufanistas e nacionalistas e constituía uma maneira de organizar o ataque ideológico do Estado. No ano de 1969, é criada a Embrafilme, empresa estatal que financiava a produção cinematográfica brasileira, e o país passa a integrar o sistema mundial de comunicação por satélite. Até os anos 50, a imprensa dependia do Estado, porém, à medida que o capitalismo avança, a publicidade passa a ter seu papel. Se a liberdade de imprensa no Brasil foi assegurada em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I., 151 anos depois, em 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento da Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”. Fato é que as modernizações postas em andamento no Brasil não conseguiram acionar um processo de desenvolvimento capaz de levar o país ao cerne da modernidade.

“Tudo é narrativa e todas as narrativas dependem do ponto de vista do narrador”. (SILVA, 2014, p. 7) Com essa afirmação, Juremir Machado da Silva questiona o ponto de vista em que o Golpe Militar de 1964 foi contado. E, segue: “Seria possível desconstruir – debastar, retirar, eliminar- as várias camadas narrativas que encobrem um acontecimento para tentar alcançar alguma verdade escondida por trás dos textos que o narraram?” (p.7).

Diante de um momento em que prevalecia a censura aos meios de comunicação, uma parte da imprensa foi a porta voz dos projetos de ruptura da democracia e de apelo aos militares para que intervissem. Nem toda a imprensa foi favorável em 1964 à ditadura, já que muitos defendiam a derrubada de Jango e a realização de eleições em 1965.

As oposições à ditadura instaurada no Brasil em 1964 só podem ser compreendidas em conexão com o devir do próprio regime, em seus vários momentos, que combinaram diferenciadamente o uso da força e tentativas de legitimação.

Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como “democracia relativa”. Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática (RIDENTI, 2014, p.01).

Hoje, no ano de 2015, num outro contexto, de novas tecnologias, abertura econômica, a imprensa é dita

livre. Muitos dos jornalistas e intelectuais que atuaram em 1964 ainda atuam hoje.

Nesse sentido, no lugar de apenas interpretar seus textos e posições, buscamos entrevistá-los e saber o que mudou de 1964 para cá e qual a percepção desses autores, 50 anos depois, do Golpe. E, hoje, numa das maiores crises políticas brasileiras, como eles mesmos percebem a sua atuação e a atuação da imprensa. Buscando responder a essas perguntas entrevistamos jornalistas e intelectuais brasileiros que fizeram parte da imprensa nos dois períodos citados.

2. O engajamento de Carlos Heitor Cony

É isso que sou, um anarquista triste, humilde, porque não tenho intenção de fazer proselitismo, e inofensivo, porque sou muito preguiçoso para sair por aí jogando bombas, assassinando (CONY, 2002a, p. 41).

Carlos Heitor Cony era repórter do *Correio da Manhã* em 1964. O *Correio* era um dos mais respeitados jornais da época e o que tinha maior circulação. Cony foi apontado por muitos colegas jornalistas como “alienado” que só tinha interesse por sua obra literária. Em 1º de abril de 1964, o presidente João Goulart tinha caído, o Exército levantava uma barricada na Avenida Atlântica e a população ainda não sabia o que estava acontecendo. Cony voltou para casa e escreveu “Da Salvação da Pátria”, a primeira de uma série de crônicas que atacariam os militares e a ditadura que se instalava no país. “Posto em sossego por uma cirurgia e suas complicações, eis que o sossego subitamente se transforma em desassossego: minha filha surge esbaforida dizendo que há revolução na rua.”³ De 2 de abril a 9 de junho de 1964, o autor escreveria as 37 crônicas de resistência ao regime autoritário que, naquele mesmo ano, seriam reunidas e publicadas no livro *O ato e o fato*. Naquele 1º de abril de 1964, como “testemunha ocular da história”, o cronista percebe que não lhe restarão alternativas, senão responder a tudo no exato instante em que, diante de seus olhos, lateja a vida... E se define a morte. Nas ruas do Rio de Janeiro, ao assistir à movimentação dos tanques – e dos coturnos e dos rifles e de toda a ânsia verde-oliva pelo fim do etéreo “perigo vermelho” –, Carlos Heitor Cony observa a “vitória dos ‘rebeldes’” mas não a compreende de todo.

A partir do Golpe Militar, e diante de tais manifestações sociais de anticomunismo, “fé católica” e “confiança no Brasil”, Cony não conseguiu se calar. Daí os textos solitários do cronista no *Correio da Manhã*, os quais, curiosamente, surpreenderão centenas de leitores, críticos especializados e partidários da esquerda, que, até então, insistiam em ressaltar, como inatos à escrita do autor, apenas o deboche, a rudeza de termos e, com ênfase, a alienação política.

Foi acusado de participar dos famosos editoriais “Fora” e “Basta!”, do *Correio da Manhã*, respectivamente em 31 de março de 1964 e 1 de abril de 1964. Esses editoriais são apontados como os grandes apoiadores

³CONY. *O ato e o fato – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964*, p. 11

do golpe, pois defendiam claramente a deposição do presidente Jango e saudando a vitória dos militares. Cony afirma que “mudou uma vírgula e um advérbio de modo” e que essa foi sua participação nos editoriais. Já em 3 de abril, o Correio percebera as intenções do golpe e acabou por se tornar uma importante referência na oposição aos militares. Logo no dia 2 de abril, em editorial de capa intitulado “Vitória”, ao mesmo tempo em que comemora o “afastamento do sr. João Goulart” (“a nação saiu vitoriosa”), o Correio da Manhã já se diz pronto para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia e a liberdade: “O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita.” Chama a atenção o fato de que o mesmo jornal que apoiou de forma despudorada o golpismo de 31 de março e 1º de abril antevê alguns dos dilemas que virão a seguir.

Seguiu-se a partir daí, quase cinco anos de crítica à ditadura, quando no final de 1968 o Correio da Manhã começou a ser perseguido pelos militares. O poder público e as empresas privadas suspenderam os seus anúncios, até que em setembro de 1969 o jornal foi arrendado e os seus novos proprietários assumiram uma linha editorial governista, o que não evitou a morte do veículo em 1974. Nesse período, Carlos Heitor Cony não era mais o escritor “alienado”. “Eu não fui engajado, me engajaram. Aí eu comecei a ser perseguido violentamente. Sequestraram minhas filhas. Um oficial também da Marinha. Tiraram as minhas filhas do colégio dizendo que eram meus amigos. Eu estava na clandestinidade. Foi uma semana, duas depois.” (entrevista ao autor). Avaliando sua trajetória do CM, Cony desabafa: “Se fosse hoje, eu não faria nada. Se eu tivesse hoje ..., porque naquele tempo, eu era um ignorante, eu tinha sido seminarista, onde eu aprendi latim, a santíssima trindade, não era nada, não tinha aprendido nada. Bom, depois, saí do seminário e me casei. Logo depois que eu saí do seminário, eu me casei, então fui cuidar da vida de casado, emprego, tal, jogava muito futebol de praia, porque eu gostava muito, eu era conhecido como jogador de praia. Era assim que eu vivia, praticamente era assim que eu vivia. Eu lia muito, isso é verdade.” (entrevista ao autor).

3. A resistência poética de Ferreira Gullar

Digo adeus à ilusão
mas não ao mundo. Mas não à vida,
meu reduto e meu reino.
Do salário injusto,
da punição injusta,
da humilhação, da tortura,
do terror,
retiramos algo e com ele construímos um artefato
um poema
uma bandeira
FERREIRA GULLAR

Os reflexos da ditadura militar no fragmentado ‘todo’ social e a repressão política atingiram a sociedade brasileira, deixando abertas as feridas do autoritarismo que, aos poucos, tornaram-se profundas cicatrizes. Com isso, emerge na arte poética a resistência multifacetada, a tentativa de negar a dominação, de romper as

amarras ideológicas. Nesse contexto, Ferreira Gullar é uma das vozes mais poderosas do período da ditadura. representava um ‘perigo’ ao governo na década de 1970. Teve, em 1964, as publicações do ensaio “Cultura posta em questão” queimadas por militares. Em 1968, com a assinatura do Ato Institucional nº 5, é preso. Em 1975, ano em que é lançado, no Brasil, *Dentro da noite veloz*, Vinícius de Moraes traz da Argentina Poema Sujo, gravado em uma fita cassete. Em 1977, o poeta volta ao Brasil e novamente é preso, mas libertado dias depois, com o apoio de amigos. Em 1980, lança *Na vertigem do dia*, e Poema Sujo é adaptado para o teatro. Sua importância literária cresce à medida que a ditadura dissolve-se e mais obras vão sendo conhecidas e publicadas.

Em Poema Sujo, doença, pobreza, sensações do submundo urbano são expressas em uma obra “suja de vida”. Cada fato cotidiano descrito em meio à narratividade, entrecortada pela fragmentação, é uma denúncia recriada por Gullar:

- E esta mulher a tossir dentro de casa!
 Como se não bastasse o pouco dinheiro, a lâmpada fraca,
 O perfume ordinário, o amor escasso, as goteiras no inverno.
 E as formigas brotando aos milhões negras como golfadas de
 dentro da parede (como se aquilo fosse a essência da casa)
 E todos buscavam
 num sorriso num gesto
 nas conversas da esquina
 no coito em pé na calçada escura do Quartel
 no adultério
 no roubo
 a decifração do enigma
 - Que faço entre coisas?
 - De que me defendo?

.....
 (GULLAR, 2001, p. 236)

Gullar afirma que escrever Poema Sujo foi um ato de desespero. “Eu estava numa situação deteriorada. Eu estava sem saída, meu passaporte estava vencido e a última coisa que restava era escrever o que ainda não havia sido dito. Fiquei cinco anos assim, pensando no desespero.”(entrevista com o autor). Não há espaço para a poesia ingênua e sublime, ela deve voltar-se à vida terrena e ser uma forma de protesto contra a desumanização crescente, inerente ao mundo capitalista.

NÃO HÁ VAGAS
 O preço do feijão
 não cabe no poema. O preço
 do arroz
 não cabe no poema.
 Não cabem no poema o gás
 a luz do telefone
 a sonegação
 do leite

da carne
 do açúcar
 do pão
 O funcionário público
 não cabe no poema
 com seu salário de fome
 sua vida fechada
 em arquivos.
 Como não cabe no poema
 o operário
 que esmerila seu dia de aço
 e carvão
 nas oficinas escuras
 — porque o poema, senhores,
 está fechado:
 “não há vagas”
 Só cabe no poema
 o homem sem estômago
 a mulher de nuvens
 a fruta sem preço
 O poema, senhores,
 não fede
 nem cheira
 (GULLAR, 2001, p. 162)

“Fui vivendo minha vida e o que escrevo é consequência. Não planejo nada. Não sei se sou poesia concreta ou neoconcreta. As coisas vão acontecendo. Acaso. Não planejei: “vou escrever tal coisa””. (entrevista com o autor).

3. Alberto Dines: o grande jornalista polêmico

Alberto Dines assume o Jornal do Brasil em 1962 e ali ficaria por 12 anos. Considerado um dos maiores jornalistas do país por muitos, por outros, grande apoiador do golpe. É sob seu comando que o jornal vive o período da ditadura. De acordo com Chammas, ‘no Jornal do Brasil o adjetivo ‘radical’ vai sendo imputado a tudo que se refere ao governo Jango. Em 20 de março de 1964, o jornal publica um editorial afirmando que é preciso “devolver ao país a paz e a tranquilidade perdidas, retirando a iniciativa dos radicais que cortam todas as pontes democráticas”’. (CHAMMAS, p. 38). Nos dias seguintes ao golpe, o JB insistia no retorno à normalidade. O editorial de 4 de abril começava:

Nada agora pode ser mais urgente do que a substituição do poder transitório pelo poder constitucional permanente, em sua plenitude e normalidade. Este é um dever sagrado da liderança revolucionária, militar e civil, para com as inspirações legalistas do movimento vitorioso e para com as justas ânsias de tranquilidade do povo.

O jornal segue reiterando seu compromisso com a liberdade, mas afirmando que o melhor é que os militares continuem no poder. Quando é editado o Ato Institucional (AI – 1), o jornal dá sua capa para os militares justificarem sua ação. O jornal endossa a atividade militar. “Eles não tiveram a capacidade de imaginar que

estavam embarcando num bonde errado e que não iria ser uma coisa momentânea, e mesmo que imaginassem que seria uma coisa momentânea, eles deviam, quando a coisa ficou uma ditadura mesmo, que foi dias depois com a anulação das eleições, essa coisa toda, eu acho que os jornais tinham que ter pulado fora, ainda havia tempo, depois que não teve mais, até o AI 5, a imprensa teve meios de pular fora, depois do AI5 ficou complicado.”(entrevista com o autor).

4. Frei Betto e a vocação literária

Com 61 livros publicados, Frei Betto é um crítico social e literário. A militância política aparece na maior parte de sua obra. “Minha obsessão é acabar com o capitalismo”, revela ele em entrevista. O primeiro romance foi *O dia de Ângelo*, em que relata suas experiências em celas solitárias. A vocação literária aparece na sua obrigação de reservar 120 dias do ano só para escrever. “Não são dias seguidos, mas são sagrados. E muitas vezes estou fazendo ficção e fico árido; daí, inevitavelmente, leio Machado de Assis. Ele me reaquece, provoca minha inventividade. Fui um leitor voraz de Jorge Amado e Érico Veríssimo, de quem era amigo e que me ajudou a montar uma biblioteca na penitenciária em que estive preso – e fui muito marcado pela literatura francesa, Camus, o Sartre do teatro e de *A náusea*”, afirma. Se no período da ditadura, Frei Betto estava em seminários, sua influência literária e política hoje é uma das maiores do país. Amigo pessoal do ex-presidente Lula, ajudou a criar o projeto social Fome Zero. “Quando Lula foi eleito e me convidou para o Fome Zero, achei que trabalhar com os mais pobres entre os pobres – os famintos – se enquadrava em minha perspectiva pastoral e tive todo apoio de meus superiores dominicanos e até de Roma. Fiquei dois anos e, de repente, o governo matou o Fome Zero para substituí-lo pelo Bolsa Família. Tive então a certeza de que essa opção contrariava a tudo aquilo que o PT vinha pregando desde a fundação”, disse.

Numa de suas críticas ao, segundo ele, ainda amigo Lula, afirmou que o PT faz “populismo cosmético”. “Você vai a uma favela e as pessoas têm TV a cores, fogão, geladeira, micro-ondas (graças à desoneração da linha branca), celular, computador e até um carrinho no pé do morro, mas estão morando na favela, não têm saneamento, educação de qualidade. É um governo que fez a inclusão econômica na base do consumismo e não fez inclusão política”, pondera.

Frei Betto analisa a literatura: sem querer ser injusto, de modo geral, os romances brasileiros sobre ditadura tinham mais conteúdo do que agora, Os autores sabiam o que queriam dizer. *Quarup*, *Lavoura Arcaica* e os livros de Carlos Heitor Cony são romances densos, que o autor sabe o que quer dizer e tem algo a dizer. E, hoje, grosso modo, tem romancistas bons, mas é mais um jogo de forma do que conteúdo com muita imitação de escritores estrangeiros, com muito malabarismo sintático e eles não sabem se um autor critica ou não o sistema que está ali, se tem valores éticos ou não. São descritivos de episódio sem que a gente se sinta incomodado. Hoje com o muro de Berlim e o neoliberalismo fechavam o horizonte utópico a gente vive um momento sem perspectiva histórica, sem consciência histórica. A literatura é mais que isso. Dostoievski, Tolstói, Machado de

Assis têm proposta de crítica a sociedade e perspectiva histórica, e não sinto hoje.” (entrevista com o autor). Sobre o papel da imprensa durante a ditadura militar, a crítica é voraz: “A imprensa apoiou o golpe. Ajudaram os esquemas de repressão, a Folha emprestava os carros. A imprensa está sempre do lado do poder. Marx dizia: é ideologia de uma sociedade é a ideologia da classe dominante. Sociedade dominada por sociedade capitalista opressora. Quem é crítico nunca será grande imprensa. A Realidade era a mais ousada. Mas um dia os anunciantes disseram que ou ela mudava a linha ou os anunciantes saíam. Mudou a linha. Manda a ideologia da classe que a financia”.

5. Juremir Machado da Silva e o golpe midiático-civil-militar

Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, Juremir Machado da Silva é autor do livro 1964: o golpe midiático-civil-militar, lançado em 2015. Sobre o livro, Juremir afirma que “aqueles que resistiram ao golpe e à ditadura pagaram com cadeia, exílio, tortura, morte, cassação de mandatos, julgamento pelo Tribunal Militar, humilhações, execuções e todo tipo de perseguição. Os criminosos de Estado – ditadores e torturadores – nunca pagaram. Quando se faz uma lei para acobertar torturadores e golpistas, decreta-se o fim da crença na punição”. Para ele, sem a mídia, não haveria o golpe de 64. “Todas rádios, jornais como a Folha, O Globo, Tribuna da Imprensa, Estado de Minas e Diários Associados, e a (incipiente) TV contribuíram ativa e apaixonadamente para o golpe”, diz Machado, que também é autor de Vozes de Legalidade, Jango – A vida e a morte no exílio.

Quando questionado se há alguma diferença entre a imprensa de 1964 e a de hoje, que vive outra grande crise política no governo Dilma, Juremir é enfático: Basicamente é a mesma imprensa golpista. Exatamente. A Veja não existia em 64 mas existia O Cruzeiro que fazia o papel da Veja hoje. Jornais são basicamente o mesmo. Continua tudo muito parecido. No lugar da UDN tem o PSDB. Correio da Manhã desapareceu. A mídia é quase a mesma. Golpismo é o mesmo: processo não foi adequado, tem que derrubar o presidente, não completou metade do mandato tem que fazer eleições. Era o que queria em 50, em 61. O Brasil não se acostuma com a democracia no sentido de que perdeu, tem que esperar quatro anos para tentar de novo. O pessoal sempre quer interromper.” (entrevista ao autor).

Durante a pesquisa, tanto Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar e Alberto Dines afirmaram que estavam assustados com Jango e não sabiam o que fazer. O escritor gaúcho pensa diferente: “Como hoje, muito assustados e não sabem o que acontece e tem que fazer impeachment. Presenteísta não busca estabelecer causas. Hoje julga A e amanhã julga B. Não vê suas contradições. Tudo passa a ser condenável. Cony é esperto: não ajudei a fazer os editoriais, mas ele foi co-autor. Dines foi militante pela derrubada do Jango e apoiou a primeira fase da ditadura. Gullar: neoreacionário tardio. Agora odeia todo mundo que fuma.

Depende da mudança: mudar errado pode ser estupidez. Eles justifiquem como erros de juventude, no

contexto da guerra fria era razoável. Outros não se assustaram, como a base dos jornalistas que não tinham colunas, prestígios. Décio Freitas era jornalista e ficou contra o golpe. Flavio Tavares era da Última Hora não caiu nesse susto. Era questão ideológica. O Carlos Bastos era repórter da Última Hora e conheceu todo esse pessoal. Defenderam o Jango. Nem todo mundo teve esse susto. Nem todo mundo achou que o comunismo ia ser implantado. Um número considerável queria as reformas de base. Não é um dado natural que todos ficassem apavorados.” (entrevista ao autor).

Considerações Finais

Alguns ícones de resistência à ditadura são a meteorologia para o 14 de dezembro de 1968, no *Jornal do Brasil* [o texto publicado não correspondia ao dia ensolarado - “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”]; as receitas de bolo do *Jornal da Tarde*; os poemas de Camões no Estadão. Na nossa pesquisa, percebemos, porém, que a grande maioria da imprensa não entendia o que estava acontecendo. Pensavam que a deposição de Jango seria algo positivo. Como bem mostramos, o *Correio da Manhã* foi o primeiro veículo a entender que o golpe militar era algo negativo, e ainda em 3 de abril posicionou-se a respeito. Os outros intelectuais e jornalistas mantiveram seu apoio até a edição do AI-5. Entendemos, com isso, que a grande imprensa apoiou o golpe. Perguntados se hoje, em 2015, acreditam num novo golpe, a resposta de todos foi enfática: a presidenta foi eleita democraticamente e é isso que deve permanecer.

Referências

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CONY, Carlos Heitor. **Da arte de falar mal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato** – crônicas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 196a.
- CONY, Carlos Heitor. Prefácio do autor. In: CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato** – crônicas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964b.
- CONY, Carlos Heitor. **Posto seis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CONY, Carlos Heitor. **Extra Classe**, set. 1997. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set97/>>

- entrevis.htm>. Acesso em: 27 out. 2009. Entrevista concedida a César Fraga.
- CONY, Carlos Heitor. **Os anos mais antigos do passado**. Rio de Janeiro: Record, 1998. CONY, Carlos Heitor. A crônica como gênero e como antijornalismo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 out. 1998. Ilustrada, p. E14.
- CONY, Carlos Heitor. **O harém das bananeiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CONY, Carlos Heitor. **Os anos mais antigos do passado** – crônicas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CONY, Carlos Heitor. **O suor e a lágrima**. Belo Horizonte: Dimensão, 2002.
- CONY, Carlos Heitor. **A crônica como gênero do jornalismo e da literatura**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 dez. 2002. Ilustrada, p. E16.
- CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato** – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004a.
- CONY, Carlos Heitor. **A revolução dos caranguejos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004b.
- CONY, Carlos Heitor. **O tudo e o nada**. São Paulo: Publifolha, 2004c.
- CONY, Carlos Heitor. **Eu, aos pedaços** – memórias. São Paulo: Leya, 2010.
- GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia**. 11.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- _____. [s.d.] Disponível em: <http://www2.uol.com.br/ferreiragullar/poesia/>. Acesso em 09 out. 2004.
- JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura: resistência e integração** In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.